

Toda a luta da esquerda socialista para 2009

O governo Sócrates tem sido poderosamente desafiado pela luta social. Enfrentaram o governo as populações em defesa do Serviço Nacional de Saúde, grandes manifestações sindicais e, sobretudo, a luta dos professores em nome da escola pública. 2009 é o ano de todas as lutas.

O governo PS tem agora de prestar contas pela recusa do referendo europeu, pelo aumento do desemprego e da precariedade, pela redução dos salários e das pensões, pelo ataque à contratação colectiva, pelas privatizações, pela desigualdade e pela degradação de serviços públicos.

A esquerda socialista, o Bloco de Esquerda, foi um factor fundamental na oposição, contribuiu para a força do movimento social e apresentou alternativas coerentes. Assim continuará. Somos portadores da energia decisiva para romper a maioria absoluta, para disputar a liderança do país e para criar uma nova capacidade de luta socialista.

CAPÍTULO 1.

A nova crise da crise velha

A economia portuguesa nunca recuperou da recessão de 2003: desde então, os rendimentos da maioria da população foram prejudicados, o desemprego cresceu, a precariedade tornou-se a regra do novo emprego e os serviços públicos degradaram-se. Esta é a verdadeira crise, o resultado de uma economia dependente e condicionada pelas opções liberais. É uma crise antiga, agravada pela recessão. Em consequência, o país atravessa a sua pior crise dos últimos 30 anos.

Os governantes que temos tido são responsáveis. Eles defenderam que a sua política, a da crise, era a única possível. É por ela que devem responder.

TESE 1. A crise é a exploração

1.1. Durante esta longa crise, Portugal foi governado pelo PSD-CDS, primeiro, e pelo PS, depois. Esses executivos foram o factor imediato da crise: governaram bem para os de cima e contra os de baixo. O resultado tem sido um oásis para a finança, que promoveu o endividamento e a especulação, para o negócio do trabalho temporário e para o trânsito de governantes para as empresas que negociam com o Estado. ***Na crise, agrava-se o modelo de salários baixos, de pobreza escondida, de rentismo evidente e de crescimento subsidiário.***

1.2. Hoje, em Portugal, por cada euro pago em salário, há um euro de lucro para o capital. ***Por via da desvalorização dos salários reais e das pensões durante o governo Sócrates, foram transferidos mais 5 mil milhões de euros para o capital. E, com a sua***

política de favorecimento do capital rentista (pelos juros, benefícios fiscais e privatizações), com este governo foram transferidos mais outros 25 mil milhões de euros para o capital. Assim, a exploração cresceu brutalmente, ao mesmo tempo que aumentou a vulnerabilidade de quase 2 milhões de pobres, sobretudo idosos, e de meio milhão de desempregadas e desempregados.

TESE 2. A crise financeira não é financeira

2.1. Marx assinalava, n' "O Capital", que a especulação é da natureza do capitalismo: "O capital tem horror à ausência de lucro. Quando fareja um benefício razoável, o Capital torna-se ousado. A 20%, fica entusiasmado. A 50%, é temerário; a 100%, enlouquece à luz de todas as leis humanas, e a 300% não recua diante de nenhum crime". Assim é.

No fim de 2008 os governos dos EUA e da UE dissiparam quantias colossais para pagarem a especulação no sistema financeiro mundial. O governo dos EUA gastou de uma só vez, para nacionalizar os prejuízos dos bancos, o equivalente à sua despesa com a guerra do Iraque. Essa intervenção não evita a recessão em 2009 nem o risco do domínio de novas crises bolsistas. Com efeito, esta não é ***uma mera crise financeira, mas sim o fruto de um gigantesco processo de desvalorização do capital impulsionado por crises de sobreprodução e de escassez de procura efectiva.***

2.2. Desde a recessão de 1973-4, o capitalismo entrou numa longa fase de depressão, que exigiu uma reestruturação do capital e da sociedade. O liberalismo tem sido a ideologia e a política desta reestruturação.

Os primeiros objectivos desta política foram atingidos: a liberdade de circulação de capitais foi alcançada com os *offshores* e garantida por mecanismos de regulação dependentes do mercado; a precarização do trabalho enfraqueceu a contratação colectiva e os sindicatos. Assim, nos últimos dez anos, a taxa de lucro nas principais economias capitalistas recuperou lentamente.

A contradição desta ofensiva está no entanto patente quando se constata que o investimento directo na economia real se mantém a níveis medíocres. ***Há lucro, mas a acumulação de capital é a mais reduzida dos últimos 50 anos, seja porque uma parte do lucro foi asfixiada por rendas financeiras, seja porque as oportunidades de investimento oferecem ganhos limitados na óptica do capital.***

TESE 3. A crise de hegemonia do capitalismo norte-americano

3.1. Os Estados Unidos, a economia dominante no mundo, tornaram-se o centro da espiral especulativa. O modelo económico da sua hegemonia baseia-se num elevado nível de consumo, financiado por crédito fácil, importações baratas (da China) e petróleo acessível (alianças e ocupações no Médio Oriente), mas sem capacidade de gerar poupança. Foi com endividamento que a economia cresceu. A consequência deste modelo tem sido um défice comercial gigantesco que tem levado à acumulação de dólares na China, no Japão e nos potentados árabes, os verdadeiros detentores da dívida pública norte-americana.

Assim, os EUA precisaram de atrair enormes massas de capital. Mas como o juro norte-americano é baixo, os capitais só afluíram porque a Bolsa se transformou no centro especulativo mundial. A confiança neste sistema foi garantida pelo poder militar e político dos EUA. É por isso que as guerras do virar do milénio têm sido as do petróleo e dos dólares.

3.2. As consequências deste modelo são evidentes:

- Uma enorme concentração de riqueza para quem domina a especulação;
- Uma gigantesca dívida pública, que é, em si mesmo, um inesgotável mercado mundial;
- A euforia especulativa com a criação de produtos financeiros derivados que ocultam sucessivamente a fraude e os prejuízos.

A economia especulativa nos EUA é a primeira causadora da crise bolsista e revela que o capitalismo dominante tem bases frágeis. Sem uma ruptura clara com este modelo, a crise continuará a agravar-se.

3.2. Ao mesmo tempo que se afirma a crise da hegemonia económica de Washington, a UE é prisioneira das suas próprias contradições. Durante décadas, ela cresceu na base de um equilíbrio entre a construção de um mercado interno liberalizado e Estados-providência fortes. Este modelo nunca foi democrático, mas permitiu um crescimento sustentado durante os 30 anos que se seguiram à IIª Guerra Mundial. Com o advento do liberalismo e a queda do Muro de Berlim, acelerou-se a mundialização das multinacionais, até então o principal motor do Mercado Interno.

A queda do Muro teve outra consequência: o alargamento da UE a leste tornou-se prioritário e tornou mais complexas as teias da decisão e dos alinhamentos políticos geo-estratégicos.

Na viragem do milénio, a criação do Euro assinala o último grande momento da construção europeia, com um preço social altíssimo, a partir do Pacto de Estabilidade e Crescimento, impondo reduções draconianas na despesa social e a abertura dos serviços públicos ao capital. A globalização do capitalismo com as políticas liberais fez crescer drasticamente a lista dos perdedores, os medos e as resistências, e a popularidade do projecto da UE caiu a pique.

Em vez de procurarem resolver os impasses através da democracia, fazendo dos cidadãos e dos povos os verdadeiros actores da construção europeia, as lideranças europeias escolheram o autoritarismo: a imposição de um Directório de grandes países como solução para os impasses na decisão e a negação aos povos do direito de se pronunciarem em referendo sobre o futuro da própria União.

O que hoje temos é uma Europa que é ainda o mais importante mercado mundial, que é estruturalmente incapaz de se reconciliar com os seus povos, de se refundar na base de um projecto de direitos sociais ou de praticar, na cena internacional, uma política independente das administrações norte-americanas.

A dimensão mundial da crise coloca a UE ante um desafio para o qual as suas actuais lideranças não têm resposta. Durante décadas, elas acreditaram nos milagres do seu próprio credo. Agora que é evidente o seu fracasso, a opção é dramática: ou a Europa se

refunda numa base democrática e de direitos sociais, ou insiste no autoritarismo intensificando os sacrifícios sobre os mesmos de sempre.

Este será o grande debate das eleições europeias de 2009. O Bloco disputará essa batalha desenvolvendo o internacionalismo e o europeísmo de esquerda que o tem caracterizado.

3.3. Entretanto, outros poderes emergentes modificam o mapa-mundo. Na China surge um novo colosso económico. Outros poderes regionais emergentes, como o Brasil, a Índia e a África do Sul, ou que disputam posições anteriormente estabelecidas, como a Rússia, configuram alianças entre Estados e burguesias nacionais fortes.

A acentuação de disputas de hegemonia não cria apenas novas oportunidades num mundo inevitavelmente mais multipolar. Cria também novos riscos e novos problemas. A esquerda que defende a globalização solidária contra a globalização capitalista, só pode colocar a sua luta numa perspectiva europeia e internacionalista.

TESE 4. O liberalismo agravou a crise em Portugal

4.1. Esta crise torna evidente a derrota ideológica do neoliberalismo e, ao mesmo tempo, o seu elevado preço social:

a) Durante anos, o dogma da austeridade foi imposto contra as políticas sociais, sob o pretexto de não haver recursos financeiros disponíveis. Em Portugal, a reforma Sócrates na Segurança Social diminuiu as pensões futuras. Agora, para salvar o capital dos accionistas, os governos decidem injeções massivas de dinheiro dos contribuintes.

Mas os portugueses já financiaram os lucros dos bancos, por via da duplicação do Euribor entre 2005 e 2008. O serviço da dívida das famílias passou a ser 68% do seu rendimento, mais 10% do que em 2005. O peso da dívida da habitação para quem tem até 500 euros mensais é de mais de metade do seu rendimento.

b) A financiarização das economias conduziu a uma bolha especulativa inédita na história. O dogma da liberdade de circulação de capitais produziu *offshores*, lavagem de dinheiro e mais especulação. O Bloco exige o fim dos *offshores* e a regulação financeira pelo Estado.

c) A UE e os governos nacionais têm promovido, com a “Estratégia de Lisboa”, a criação de parcerias público-privadas e privatizações destruindo os sectores públicos da economia. O resultado está à vista: os liberais, que exigiram sempre a privatização, clamam agora pelo intervencionismo estatal. Não exigiram aos accionistas que pagassem o prejuízo, antes pedem ao Estado a sua nacionalização.

4.2. A crise provou que é necessário mais investimento público de qualidade para responder à recessão, e que são necessárias políticas de justiça fiscal, como um imposto sobre as grandes fortunas e a tributação do capital. É a justiça fiscal que permite o combate prioritário à pobreza, em particular dos reformados.

Esta crise demonstrou ainda que a política de nacionalizações e de responsabilidade pública na economia, nas comunicações, nos transportes, no sistema financeiro, tal como o planeamento de recursos escassos para evitar a sua delapidação, são indispensáveis como resposta às dificuldades criadas pelo capitalismo real.

TESE 5. Todas as formas da exploração se agravam

5.1. O liberalismo tem sido a voz do capitalismo para obter novas formas de acumulação de valor, através dos juros que absorvem as poupanças, da entrega ao privado de empresas públicas de monopólios naturais (electricidade, combustíveis, água, estradas, comunicações) e ainda de serviços essenciais (saúde) ou do preço da educação (com as propinas e a crise de financiamento do ensino superior). A degradação dos serviços públicos agrava ainda as assimetrias regionais que dividem o país.

O governo PS promoveu essas privatizações e benefícios fiscais para o capital rentista e transferiu o fardo dos impostos para os trabalhadores e consumidores.

5.2. Assim, o modo de exploração na sociedade capitalista torna-se cada vez mais sofisticado. Essa é uma realidade que desafia a esquerda. À exploração do trabalho, por via do trabalho não pago e transformado em lucro (e por via do aumento da idade da reforma), acrescenta-se a exploração indirecta do salário, o trabalho que foi pago. Essa exploração impõe-se por via dos preços (ao consumidor), por via dos juros (ao trabalhador endividado) e ainda por via da especulação com os fundos de pensões (ao futuro reformado).

A força social do trabalho só se afirmará se for portadora de um projecto contra a exploração, em nome dos trabalhadores como dos contribuintes, das famílias endividadas e dos reformados. Esse é o projecto estratégico do Bloco de Esquerda.

TESE 6. O centro da acção do Bloco é a luta por serviços públicos de qualidade

6.1. A luta dos professores demonstrou a centralidade da defesa dos serviços públicos de qualidade e a importância da luta pela escola pela igualdade e inclusão. Foi o maior movimento social contra a política do governo e polarizou o país. *A sua vitória depende da aliança de todos quantos façam da escola e dos serviços públicos uma luta essencial.*

6.2. O Bloco de Esquerda tem um centro da intervenção bem definido: é o desenvolvimento dos serviços públicos de que depende a democracia, na saúde, na educação, no acesso à água, à energia, às comunicações, à habitação, na protecção contra a extorsão financeira. É a qualidade dos serviços públicos que define o progresso da vida das pessoas e a igualdade a que têm direito.

O Bloco convida todos os homens e mulheres de esquerda a uma convergência contra as políticas liberais e para o desenvolvimento da responsabilidade pública pelos bens essenciais da democracia.

CAPÍTULO 2.

O espectro da crise assombra a sociedade

As Bolsas mundiais estão em queda desde 2007 e o crash de Outubro de 2008 foi a sua “queda do Muro de Berlim”, na expressão de Stiglitz. A explosão da bolha especulativa deixa a descoberto as operações financeiras fraudulentas que sustentaram a expansão do capital durante os últimos 30 anos.

A crise demonstra ainda a hipocrisia do discurso liberal que usou a austeridade para enriquecer os especuladores e que utilizou a redução do défice para destruir os serviços públicos, dismantelar a segurança social pública e promover o desemprego.

Esta é a hora de uma guerra social implacável do capital contra o trabalho e os direitos humanos. A esquerda socialista responde ao desafio do nosso tempo: analisar as características do capitalismo real para escolher uma estratégia clara que junte toda a força social e a aplique onde seja possível lutar e vencer.

TESE 7. A guerra infinita continua

7.1. Há quatro instrumentos de reorganização do capitalismo real:

- A liberalização da economia, com o ataque às relações sociais baseadas em contratos colectivos e com a supremacia do capital para a precarização do trabalho.
- A expansão do capital fictício e do crédito, para responder à sobreprodução.
- A criação de um capital rentista moderno, com a posse de rendas do Estado.
- A criação de um mercado incluindo os países de Leste e a China e gerando um exército industrial de reserva mundial, com concorrência entre trabalhadores e movimentos migratórios massivos.

Esta globalização proíbe a democracia nas decisões fundamentais. Combater essa ofensiva em nome da globalização democrática é o desafio que determina o futuro da esquerda.

7.2. A financiarização delirante da economia, através de bolhas especulativas, é o modo de ser do capitalismo rentista. O capital fictício assenta em operações financeiras que multiplicam fraudes (vendas e revendas de activos sem valor), mas também toma como penhor tanto uma parte dos salários futuros dos trabalhadores (pelo endividamento), quanto uma parte dos seus direitos à reforma (com os fundos de pensões).

Assim, o capital não se desvanece nas crises bolsistas sem vítimas: as pequenas poupanças atraídas pela Bolsa, os salários e pensões prejudicados pelas perdas financeiras ou pelos juros extorsionários. A universalização do capital fictício é uma forma perversa de dissolver as responsabilidades sociais dos Estados.

O Bloco desmonta os negócios que constituem o capitalismo rentista, acusa os seus beneficiários e sublinha a luta pela responsabilidade pública por todos os serviços essenciais, em particular a saúde, a educação, a energia, as comunicações. Só essa luta pode impor democracia contra o poder económico.

7.3. A acumulação de rendas tem uma importância nova na economia mundial. Essas rendas são extraídas da especulação, da posse de reservas de recursos naturais e ainda da corrupção. Uma parte importante desta acumulação é concentrada sob a autoridade de diversos governos e assim se constituem grandes reservas de capitais, que são os Fundos Soberanos: dos países árabes, da Rússia, da China, de Angola ou do Brasil, a partir das empresas públicas petrolíferas. A China virá a dominar estas reservas de capital, graças ao seu superávit com os EUA.

Esses fundos prosseguem os seus próprios interesses de potências regionais no quadro da fragilização do domínio dos EUA e têm um papel importante na especulação. O fundo angolano, Sonangol, já é dominante no BCP e na energia.

A submissão destes fundos a regras anti-especulativas exige a transparência do seu controlo pela população. A denúncia da corrupção e do autoritarismo que suporta estes fundos é fundamental, e por isso a diferenciação em relação ao regime angolano é tão importante para a esquerda portuguesa.

7.4. A guerra infinita traduziu-se também, nos EUA como na Europa, numa escalada de restrições securitárias e arbitrarias. A tortura, as prisões abusivas e julgamentos em tribunais militares sem direito a defesa, a vigilância a sindicatos e movimentos sociais, todas essas formas de intimidação social atingem os direitos democráticos.

7.5. A vulnerabilidade da hegemonia do Império e a sua derrota nas guerras do Iraque e do Afeganistão cria novos perigos, em particular no Médio Oriente, e estendendo a estratégia de tensão para os Balcãs, o Cáucaso e a Europa. As expectativas criadas pelo fim da presidência de Bush devem ser confrontadas com a exigência da luta: as modificações importantes na ordem política, económica e social internacional continuarão a depender da capacidade de mobilização e formação de opiniões públicas activas em escala internacional.

O Bloco continuará a defender uma política de paz no Médio Oriente e o reconhecimento do direito do povo palestino ao seu Estado, e exige a saída das tropas portuguesas do Afeganistão e de onde quer que integrem forças da NATO e de ocupação.

A globalização democrática opõe à guerra preventiva a prevenção da guerra e promove convergências de movimentos e plataformas que juntem forças contra o capitalismo real e as suas armas.

TESE 8. Não há capitalismo verde

8.1. O capitalismo tardio – um capitalismo industrial e financeiro em crise de financiarização, e um capitalismo rentista em ofensiva social – baseia-se num modelo insustentável.

A pegada ecológica da humanidade é já 31% mais elevada do que a capacidade para produzir recursos naturais: a Terra demora um ano e três meses a repor o que usamos num ano. Este modelo pode levar à liquidação das florestas, dos oceanos e das terras agrícolas. E tem consequências imediatas: a subida vertiginosa dos preços alimentares

em 2008 deve-se à especulação mas também ao uso de terras aráveis para os agrocombustíveis – encher um tanque de um jipe 4x4 consome tantas proteínas como uma pessoa por ano.

É por isso necessária uma ruptura com este sistema, para por cobro à sobreexploração dos recursos naturais e sobreprodução de resíduos.

8.2. As crises ambientais que defrontamos são cada vez mais graves. O risco das alterações climáticas, que o Bloco discutiu na sua última Convenção, é uma demonstração clara dessa natureza predadora. Desde então, a luta pela água e a escassez alimentar agravaram-se, havendo escassez dos recursos fundamentais em muitas regiões do planeta.

Nenhum capitalismo verde responde a esta crise universal. A mercantilização das emissões promove a sua continuação em níveis insuportáveis, em vez de orientar as economias para a democracia das escolhas sobre o modo de vida, que alterem os transportes, socializem os conhecimentos e promovam um *mix* de energias que seja sustentável, ao mesmo tempo que criem normas de conservação e de eficiência energética. A mercantilização da água promove igualmente a sua distribuição segundo critérios desumanos, apesar de ser o recurso escasso mais importante para a vida no planeta.

O Bloco de Esquerda propõe a nacionalização da energia e defende o sector público da água.

TESE 9. A China é o centro da recomposição do capitalismo mundial

9.1. A China é a economia de mercado que tem crescido mais depressa. Dentro de vinte anos poderá ser a maior economia do mundo e o seu mercado interno, com mais de mil milhões de consumidores, será certamente o maior. Esta tendência cria uma alteração histórica: nunca a economia hegemónica, os EUA, foi financiada por uma economia ascendente. Esta situação reforça o regime chinês, que tem demonstrado a sua autonomia e iniciativa em vários confrontos com Washington.

A China, onde o comando e a propriedade estatal sobre a economia é o instrumento da acumulação de capital, torna-se um centro decisivo da recomposição do capitalismo. Uma grande parte da produção mundial de bens de consumo foi já transferida para a China, mas não a de bens de equipamento, de que continua a ser importadora. Enquanto os EUA e a Alemanha dominarem a produção de máquinas pesadas, a sua supremacia tecnológica perdurará.

A análise da integração da China no mercado mundial, a exploração dos seus trabalhadores e o desemprego que assim é gerado são questões decisivas que se colocam a toda a esquerda.

9.2. Esta integração no mercado mundial resulta na inclusão de centenas de milhões de trabalhadores, com salários baixos, no sistema de produção mercantil. A força de trabalho na China é de cerca de 800 milhões de pessoas, o dobro dos trabalhadores somados dos EUA, UE e Japão.

A exploração desta força de trabalho diminui o valor do trabalho no mundo. Daí a aposta do capitalismo mundial na continuidade do regime do PCC, porque impõe a exploração e proíbe as acções reivindicativas.

A característica particular da integração da China é a formação de uma burguesia nacional a partir do poder do Estado, com interesses próprios no mercado mundial e beneficiando da continuidade do regime do PCC.

No século XXI, a atitude perante o modelo chinês na exploração do trabalho e na destruição ambiental define a esquerda.

TESE 10. A Europa é movida pela liberalização do mercado interno

10.1. Ao conspirarem, sob as presidências de Merkel e Sócrates, para evitarem qualquer referendo ao Tratado de Lisboa, os governantes europeus e a Comissão Barroso demonstraram como vêem a União: não é unicamente uma Europa a várias velocidades entre nações e regiões, é também uma associação de poderes económicos e políticos hostil à democracia.

A refundação democrática e social da União Europeia é o centro do combate europeísta de esquerda contra as políticas e as instituições dominantes.

10.2. Esse autoritarismo tem um projecto social. A recente Directiva do Retorno e o Pacto de Sarkozy para a imigração, que prevêem a perseguição aos sem papéis, ou a Directiva que permite a flexibilização do trabalho até às 65 horas, demonstram o sentido social da governação europeia. O ataque aos direitos sociais, a flexigurança para os despedimentos, a pressão para privatizações e cortes orçamentais em serviços públicos são a verdadeira Constituição das UE.

Em resposta, as esquerdas europeias devem juntar-se em torno de políticas fortes de alternativa. *O Bloco de Esquerda continuará a luta contra o Tratado de Lisboa, exigindo referendos e defendendo um novo tratado que refunde a Europa com base nos direitos sociais e ambientais.*

10.3. Ao longo dos últimos dois anos, a União continuou a sua parceria militar com Washington. Depois da promoção da guerra civil na ex-Jugoslávia, a maioria dos países da UE reconheceu a independência do Kosovo, apoiando assim um narco-protectorado dos EUA na região. No Cáucaso, Washington promove a aventura de tentar cercar a Rússia.

O regime de Putin e Medvedev é autoritário e a esquerda deve ser intransigente na defesa dos direitos humanos. Mas a Europa não precisa nem dos EUA nem da NATO para se defender e não tem qualquer interesse no regresso aos tempos da guerra-fria. O primeiro grande desafio militar que está colocado é o da instalação do sistema anti-míssil dos EUA na Polónia e na República Checa.

Em resposta a estas derivas, o Bloco defende o fim da NATO e do sistema de mísseis norte-americanos na Europa.

TESE 11. A esquerda e a construção do novo internacionalismo

11.1. No Brasil, Venezuela, Bolívia, Uruguai, Equador e Paraguai foram eleitos governantes que se reclamam da esquerda e há hoje um novo quadro de luta social. Não se podem tomar estas realidades como um processo único: os governos e as forças políticas que dirigem estes processos são diferentes em tradições, políticas e expressão social, tendo alguns prosseguido políticas financeiras alinhadas com a estratégia do FMI (Brasil e Uruguai) e sido acusados de corrupção (Brasil), enquanto se desenvolvem políticas de protecção social mínima em contextos de grande pobreza (Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia), a nacionalização de alguns sectores da economia (Venezuela, Bolívia) e de recursos energéticos fundamentais, defendendo os direitos dos povos indígenas (Bolívia e Equador). Estes governos estão envolvidos em processos de concertação regional.

O Bloco de Esquerda tem como matriz fundacional a construção de uma nova esquerda, socialista e internacionalista, e rejeita as tradições alinhadas com os regimes da URSS ou da China, assim como recusa as tradições populistas. Os nossos parceiros não são os governos mas as forças da esquerda popular que actuam em nome da transformação social.

O Bloco toma posição clara contra a chantagem que quer apropriar-se do petróleo e do gás através de ameaças e do golpismo na Venezuela, Bolívia e Equador e apoia a cooperação latino-americana contra o império.

11.2. A social-democracia europeia construiu-se nos finais do século XIX como a representação política dos trabalhadores, e dela nasceram a maioria das correntes que ao longo do século XX definiram a esquerda.

Nos tempos mais recentes, foi uma União de governos social-democratas que decretou o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Sob a forma da Terceira Via, o trabalhismo britânico dirigiu a ofensiva liberal na Europa e o alinhamento com Bush nas mais recentes guerras coloniais. Os governos dos PS europeus alinharam com esta estratégia económica, mesmo se alguns rejeitaram a política militar de Blair. Por outro lado, na Alemanha, constituiu-se um novo partido de esquerda, com um sector importante que rompeu com a social-democracia e com outras forças. Também em França está em curso um processo importante de recomposição.

Noutros países, onde a social-democracia era mais frágil eleitoralmente, foram constituídos governos de coligação que abrangeram partidos comunistas (em França nos anos 90 ou em Itália mais recentemente). Esses governos não representaram uma alternativa à política liberal e da direita, o que provocou derrotas graves.

11.3. Considerando a necessidade de afirmação política da esquerda, o Bloco de Esquerda proporá, após o ciclo eleitoral, a realização de um congresso das lutas anti-liberais, com movimentos sociais e partidos.

CAPÍTULO 3.

Portugal está mais desigual

Com os últimos quatro anos temos um país mais desigual, mais tecnológico mas mais pobre, socialmente mais agressivo e mais inseguro no desemprego e na precariedade, onde a justiça é um privilégio e a corrupção e impunidade campeiam.

Para o Bloco, a estratégia é clara: para derrotar a desigualdade, é preciso construir uma esquerda popular para a luta com novas energias e movimentos sociais fortes. O Bloco de Esquerda crescerá nessa mobilização, na coerência das suas propostas e nos diálogos que respondam ao gigantesco embuste do liberalismo.

TESE 12. “Felizmente, temos Sócrates”, diz Van Zeller

12.1. A desigualdade cria o privilégio mas não é novidade. Ao longo dos anos, a burguesia portuguesa criou uma elite que governa, que singrou pelas administrações públicas, que migrou para o sector privado, que acumulou benesses e que é responsável pelo atraso. Depois de ter beneficiado da protecção da ditadura e, mais recentemente, da vingança contra o PREC, esta elite dominante impulsionou uma modernização conservadora e criou um regime social assente na exploração de trabalho barato e na precariedade.

Van Zeller, dirigente do patronato, resumiu o seu apreço pelo Código Laboral ao clamar que “felizmente, temos Sócrates”. Tem razão. O governo impôs o autoritarismo patronal como regra de lei.

O governo reduziu o valor do salário real, baixou as pensões com a aplicação do factor de “sustentabilidade” e promoveu assim o negócio das seguradoras. Ao mesmo tempo, criou novos mercados para o imobiliário (projectos megalómanos dos PIN no Alentejo e Algarve), para a saúde privada (parcerias público-privado em 4 hospitais e desagregação de serviços locais) e entregou monopólios públicos a sectores privados, através da privatização parcial da EDP e da GALP, e protegeu ainda os preços especulativos dos cartéis das gasoleiras e outros. Criou novas vantagens para os bancos e protegeu o BPN e as fortunas do BPP.

Mas é nas novas leis laborais que o governo Sócrates vai mais longe, aproximando o regime público e o privado com a norma da precarização. No Código Laboral, esse regime traduz-se na possibilidade de contrato não escrito até 2 meses de trabalho, de novas formas de precariedade, de um banco de horas podendo implicar até 60 horas semanais, não pagas como horas extraordinárias, do pagamento em espécie, dos despedimentos simplex, da caducidade dos contratos ou da imposição de contratos piores do que a lei geral. O Código anula o princípio constitucional do tratamento mais favorável da parte mais vulnerável, o trabalhador.

O Código do Trabalho é a razão do apoio patronal ao governo Sócrates.

12.2. A cooperação estratégica entre Cavaco Silva e o governo criou um bloco central entre Belém e S.Bento. Nas questões estratégicas essenciais, como a reforma da segurança social, o estatuto do trabalho na sociedade, o apoio do Estado aos empresários ou a política europeia, a consonância é completa entre os dois poderes.

Esta convergência provoca perdas de identidade no PSD, que elegeu sucessivos líderes até escolher a mais próxima de Cavaco Silva. Preso a esta ligação, o PSD torna-se um

partido acessório na representação dos interesses económicos e sociais da classe dominante. No extremo da direita, o CDS regressa a um discurso populista e xenófobo contra os imigrantes e arrogante contra os pobres, jogando no sentimento de insegurança. No entanto, a sua passagem pelo governo e os sucessivos escândalos de favorecimento em que os seus ministros se envolveram afectam a sua capacidade de sobrevivência.

12.3. Para impor a sua política, o governo PS acentuou um controlo aparelhista sobre funções do Estado e sobre parte da comunicação social. Este Estado Rosa é o défice da democracia.

Em particular, o défice é grave na justiça. A justiça continua a ser um instituto de classe, excluindo uma parte da população de direitos efectivos e criando graves vulnerabilidades a agendas que não são as do respeito pela igualdade. ***A falta de combate à corrupção, ao crime fiscal e ao branqueamento de capitais são exemplos desse défice democrático.***

12.4. Esta política de desigualdade tem tido um impacto profundo e negativo na evolução da estrutura social. O seu efeito tem sido empobrecer o trabalho e aumentar a insegurança social.

Nos anos 2006-2008, Portugal foi o único país da UE que congelou o salário real médio. Os funcionários públicos foram prejudicados perdendo 3,6% em quatro anos.

Mas é no emprego que os impactos da política da desigualdade são mais importantes. Em 2008, os empregos precários são um em cada quatro, os trabalhos temporários são um em cada dez, os falsos recibos verdes são centenas de milhar. O desemprego real é cerca de 10% da população activa e o de longa duração é 51,2% do total. A cobertura por subsídio de desemprego baixou com Vieira da Silva de 72% em 2005 para 60% em 2008.

A esta política, o Bloco de Esquerda contrapõe a igualdade e a cidadania. Defende o combate a todas as formas de precariedade, falsos recibos verdes, trabalho temporário, intermitente e a prazo e exige uma política de emprego. Compromete os seus parlamentares com a proposta de revogação do Código do Trabalho e do da Administração Pública. ***E mobiliza-se com a estratégia de juntar todos e todas pelos mínimos sociais: pela recuperação do valor real de salários e pensões, por um salário mínimo que proteja da pobreza, pelo alargamento da cobertura da protecção social no desemprego, por juros bonificados para os desempregados.***

O pleno emprego é objectivo da política socialista.

TESE 13. A classe dominante é a razão do atraso

13.1. A burguesia portuguesa formou-se a partir de um processo fracassado de acumulação de capital que criou uma economia semi-dependente. A expansão colonial não deu origem a um Estado ou a uma burguesia mercantil com projecção internacional. Quando se desenvolveu a Revolução Industrial, a burguesia portuguesa não se tornou concorrente nos mercados europeus. Com o atraso de uma geração na industrialização e sem nunca ter imposto uma reforma agrária modernizadora, a classe dominante criou a

ditadura de Salazar. No seu final, os grupos financeiros e industriais estavam dependentes do mercado protegido das colónias e do continente.

Foi por isso a partir das privatizações, desde os anos 80, que se reconstituíram e transformaram os actuais grupos financeiros portugueses, em parceria com o capital estrangeiro na banca (BPI, BES, BCP) e vivendo do Estado nas suas áreas mais importantes de negócios (auto-estradas, saúde privada, energia). Outros grupos, como a Sonae, transferiram grande parte das suas operações da indústria para a distribuição e operações financeiras.

13.2. Os sectores dominantes da burguesia portuguesa são rentistas. Vivem do Estado, da especulação e de mercados monopolizados. A acumulação medíocre evidencia que estes lucros não são investidos e, pelo contrário, favorecem o desperdício e mais especulação.

A realidade do rentismo foi ilustrada claramente pela actuação dos administradores do BCP. Incapazes de realizarem os aumentos de capital de 1999 e 2000, envolveram-se num esquema de compra ilegal de acções próprias através de *offshores*, viciando as cotações para atrair capital e beneficiando pessoalmente de prémios de centenas de milhões de euros. No final de 2007, administradores que tinham presidido a este processo receberam indemnizações de cerca de 90 milhões de euros. O BPN revelou o mesmo padrão de actuação.

13.3. A dependência da classe dominante do Estado manifesta-se ainda pela estreita ligação entre os interesses económicos e políticos. As políticas florestais, com a passagem de governantes para as empresas de celulose, e a banca, com as administrações do PS e PSD, alargadas por vezes ao CDS, e sobretudo as obras públicas mostram como estas relações tentaculares se foram consolidando.

O exemplo da Lusoponte, parceria entre as principais construtoras (Mota-Engil, Somague, Teixeira Duarte), é uma demonstração destas relações. Tendo o Tribunal de Contas denunciado o contrato abusivo que determina o pagamento pelo triplo da Ponte Vasco da Gama e ainda a entrega da Ponte 25 Abril à empresa, verifica-se que vários ministros que negociaram a concessão foram nomeados administradores de empresas do consórcio.

13.4. É no imobiliário que se recicla parte do lucro das grandes obras como das aplicações especulativas. Por isso mesmo, ***a esquerda socialista defende a apropriação pública das mais-valias criadas pela reclassificação das áreas rurais ou ecológicas e o fim do sistema dos PINs, em nome do combate à corrupção e especulação imobiliária.***

CAPÍTULO 4.

O Bloco é a esquerda de confiança para a luta social e para a alternativa política

Oposição de luta e de alternativa, o Bloco reforçou o compromisso com o desenvolvimento de novas formas de luta e movimentos sociais que trazem força ao movimento popular. Organizou mais aderentes e melhorou os instrumentos de informação, de debate e de formação. Criou um trabalho autárquico de representação das populações, com iniciativas locais de mais protagonistas e organizações concelhias.

O Bloco é hoje mais forte para responder à sua obrigação: constituir uma alternativa política para o país.

TESE 14. Dez anos do Bloco de Esquerda

14.1. O Bloco foi e será uma força de modernidade. Desde a sua fundação, há 10 anos, o Bloco reanimou o combate solidário pela igualdade, a busca de novos caminhos para a luta popular e do empenho militante na criação de movimentos sociais unificadores, de trabalhadores e de jovens. O Bloco abriu novos debates sobre o socialismo como anti-capitalismo e como democracia. Mobilizou a memória do movimento operário, na CUF ou no Arsenal. E fez parte de lutas que criam direitos, como no referendo vitorioso para o fim da punição das mulheres que abortam.

14.2. Ao longo dos quatro anos do Governo PS, o Bloco constituiu uma oposição popular que cumpriu.

Cumpriu a Marcha pelo Emprego e a Marcha contra a Precariedade, respondendo ao que é essencial. Cumpriu o seu programa eleitoral e propôs uma reforma da segurança social que defende as pensões futuras. Cumpriu e opôs-se às Leis Laborais e defendeu a recuperação do valor dos salários. Cumpriu e conseguiu a paridade entre mulheres e homens. Cumpriu e abriu um novo capítulo do direito ao divórcio. Cumpriu e propôs o fim da discriminação dos homossexuais, como antes conseguira proteger melhor as mulheres da violência doméstica. Cumpriu e conseguiu novos direitos para os utentes dos serviços de saúde. Cumpriu o seu empenho numa política fiscal de justiça.

Durante estes anos de governo PS, o Bloco foi a mais coerente oposição de esquerda, nas propostas, na acção e na unidade.

TESE 15. As lutas sociais contra as políticas liberais

15.1. O peso do desemprego estrutural de longo prazo, da precarização das relações laborais e ainda da crise económica internacional ameaçaram a luta dos trabalhadores, quando esta era mais necessária. Apesar de o movimento sindical associar hoje um trabalhador em cada quatro, as manifestações da CGTP e depois das professoras e professores foram gigantescas demonstrações de capacidade de acção.

A aprovação do novo Código Laboral, com o apoio da UGT, constitui um recuo para os direitos sociais. Em 2009, é portanto preciso recuperar e acumular novas forças, conjugando as acções reivindicativas. Esse debate atravessa a CGTP, onde o espaço das correntes críticas tem sido atingido, mas onde também diversas opiniões se expressam sobre a acção da central como sobre as relações internacionais. Esses debates vão escolher os caminhos da luta.

O Bloco de Esquerda não tem para o movimento sindical a visão estratégica do controleirismo partidário, e entende que é preciso mais representatividade com pluralismo, mais sindicalização incluindo imigrantes, desempregados e precários, criando uma democracia de base, respeitando o direito de tendência, enraizando os sindicatos nas empresas. O Bloco promove activamente essas políticas e tem um objectivo: apoiar a eleição de mais delegados e delegadas sindicais e de Comissões de Trabalhadores.

15.2. Os aderentes do Bloco de Esquerda empenham-se em movimentos que respondam às contradições sociais e que organizem a resposta dos sectores mais explorados, como os imigrantes e precários. Esses movimentos são abertos e procuram incluir todos quantos se reconheçam na necessidade de reunir os trabalhadores na base das suas razões.

Outros movimentos sociais, tão diversos como os dos professores e professoras pela escola pública, ou das populações afectadas pelas redes eléctricas de alta tensão, ou dos imigrantes, das comunidades LGBT, demonstram a importância destas formas associativas. São trabalhos de persistência, que criam confrontos importantes e em que o Bloco se empenha.

A resposta dos trabalhadores precários é difícil, dadas as condições de repressão que vivem. Com a acção de activistas da esquerda socialista, a realidade dos precários ganhou visibilidade e tornou-se parte do debate nacional. Para o ***Bloco de Esquerda, a luta dos precários é um elemento estratégico da mobilização popular.***

TESE 16. As transformações em curso na esquerda política

16.1. O crescimento do Bloco de Esquerda é parte da recomposição em curso na esquerda política. A experiência das reformas liberais, impostas pela maioria absoluta do PS, bem como das dificuldades da vida dos trabalhadores, criou uma profunda vaga de descontentamento entre muitos homens e mulheres de esquerda, incluindo do PS.

Em algumas decisões fundamentais, como as leis laborais ou da segurança interna, ou a defesa do SNS e de outros direitos sociais, alguns deputados do PS manifestaram a sua oposição frontal. Manuel Alegre protagonizou iniciativas de diálogo aberto à esquerda.

Esta situação é nova. A quebra do tabu da incomunicabilidade entre diversas esquerdas é um sinal de grande importância. A busca de novos consensos para políticas concretas na defesa das responsabilidades públicas responde à derrocada do pensamento único neoliberal.

O Bloco rejeita terminantemente a acusação de que estes diálogos sirvam os interesses da política liberal. Pelo contrário, os diálogos com quem no PS combate a política liberal aumentam a responsabilidade pela apresentação de alternativas, enfraquecem a ofensiva do governo contra os direitos sociais e criam novas respostas.

O Bloco de Esquerda contribuirá para desenvolver estes diálogos, abertos a pessoas de todas as opiniões à esquerda, incluindo as que não têm partido e são parte de movimentos sociais.

16.2. Estas convergências pontuais e diálogos sobre novas gerações de políticas públicas são parte de uma mudança na esquerda. Indicam que tudo pode ser diferente, com a democracia activa em que a maioria dos trabalhadores tome a palavra. ***O Bloco é uma força empenhada nessas mudanças e assim continuará***, com a consciência de que são necessárias transformações na disposição de forças, que dependem de novas fundações. A criação do Bloco foi o primeiro desses movimentos fundadores.

O Bloco de Esquerda empenha-se por isso nas propostas e plataformas que tragam nova reflexão e capacidade de acção na esquerda. A recomposição da esquerda, para a tornar mais forte e alternativa, impõe-se como necessidade nos próximos anos.

16.3. Ao longo destes quatro anos, entre o Bloco de Esquerda e o PCP houve muitos momentos de convergência parlamentar, na defesa de direitos sociais, da segurança social pública ou do referendo europeu, ou ainda na responsabilização dos governos pela passagem dos voos da CIA para Guantanamo. Na recusa do Código Laboral, essa convergência foi expressiva.

Em algumas áreas mantiveram-se divergências, como sobre a paridade entre homens e mulheres ou o referendo do aborto. A vida resolveu estas questões, demonstrando que o referendo era indispensável para a vitória, como demonstra que não há igualdade sem paridade.

O BE regista igualmente as decisões do Congresso do PCP que fecham a porta a entendimentos unitários para a luta necessária. Mas ***o Bloco, que mantém o debate claro sobre as diferenças quanto aos modelos sociais e à estratégia, insistirá na mesma atitude de diálogo, valorizando sempre a convergência prática e recusando tudo o que atrase ou prejudique os caminhos da unidade na acção.***

TESE 17. O Bloco de Esquerda em campanha

17.1. A esquerda é movimento e alternativa ou não é nada. Uma esquerda que se propõe dirigir o país precisa de conjugar a história, a experiência, a dedicação e a coragem de muitos milhares de activistas. Essa alternativa só se pode construir através da sua expressão em movimentos sociais e em acção colectiva com coerência programática.

A organização é portanto uma questão de política, de programa e de acção. O Bloco precisa de ter muitos mais protagonistas da luta social e de mais capacidade de acção em movimentos, através dos seus eleitos, através dos colectivos concelhios e distritais e da intervenção juvenil.

Para responder à necessidade de formação e debate político, foram criados um fórum anual (Socialismo 2007 e 2008) e formas novas de debate (a revista *Virus*).

O sucesso do *Congresso Marx*, organizado por diversas instituições, é de salientar.

17.2. O Bloco decidiu disputar a comunicação pública. O portal *esquerda.net* é exemplo dessa escolha e de uma contra-ofensiva ideológica contra o pensamento único.

Criando meios de comunicação, o Bloco responde à ideologia dominante e a uma discriminação grosseira pela comunicação social. Mas procura muito mais: quer

comunicar ideias fortes a muitos milhares de pessoas e transformá-las em protagonistas da notícia, através de todos os meios disponíveis na internet.

17.3. Na preparação do ciclo eleitoral, a elaboração de um programa de alternativas é fundamental. Esse programa deve ter como centro as políticas de igualdade. Exige por isso a mobilização do conhecimento e da luta social e a abertura a ideias diferentes.

O programa eleitoral do Bloco de Esquerda será elaborado através de um debate na internet, estimulando a participação de militantes, de activistas de movimentos, de especialistas e de homens e mulheres de esquerda de diversas opiniões. Nunca nenhum partido em Portugal promoveu um processo de discussão aberta deste tipo. O Bloco fá-lo-á.

17.4. A intervenção autárquica do Bloco responde à representação das populações em todo o território e procura combater as desigualdades que se expressam na exclusão do interior. Em 2009, o BE precisa de reforçar este trabalho, com mais organização de base e mais agenda local.

Para isso, o Bloco responde com clareza ao debate da regionalização, defendendo ***o princípio da regionalização com democracia, para a coordenação de escolhas e políticas regionais.***

17.5. O acordo entre a aliança “Lisboa é Gente” e o PS foi estabelecido em condições de desagregação da autarquia. Esse acordo previa medidas concretas em seis pontos fundamentais, incluindo o combate à corrupção, novas regras de planeamento urbano e políticas sociais e ambientais.

Durante o mandato, o BE conseguiu a integração dos trabalhadores precários. Mas constata que pontos essenciais do acordo não foram e deviam estar a ser cumpridos. Por outro lado, consumou-se o abandono pelo vereador Sá Fernandes do seu programa eleitoral e a sua assimilação prática ao PS, pelo que o Bloco deu essa aliança por terminada.

O Bloco decide que nas eleições de 2009 não haverá lugar a um acordo como o que foi estabelecido em Lisboa em 2007.

17.6. O Bloco de Esquerda fixa os seguintes objectivos políticos para as campanhas eleitorais:

- A apresentação do programa da esquerda socialista, demonstrando como deve o país ser governado com uma política de esquerda, em alternativa à do PS.
- A apresentação de candidaturas coerentes com essa alternativa.
- Os candidatos e candidatas afirmarão o seu compromisso com o programa, de cuja elaboração fazem parte.
- Nas eleições europeias, em Junho de 2009, o Bloco afirmar-se-á contra a política e o governo da União, tendo como objectivo reforçar a sua presença europeia.
- Nas eleições legislativas, o BE procurará ampliar a sua representação e retirar a maioria absoluta ao PS.
- Nas Autarquias, o BE quer aumentar o número de eleitos, apresentando programas locais de uma campanha nacional. O Bloco apresentará as suas

próprias candidaturas e não fará coligações com outros partidos. Nos casos em que movimentos independentes com expressão local tornem possível uma convergência que alargue o campo da esquerda da luta social, o Bloco estará disponível para essa convergência.

- Os eleitos do BE só aceitarão responsabilidades em executivos locais quando tiverem autonomia para aplicar o seu programa e a conjugação de forças for representativa e sem exclusões na esquerda.

17.7. A continuidade das políticas que criaram desemprego, precariedade e pobreza é o projecto do PS para 2009, quer para isso tenha maioria absoluta, quer recorra ao bloco central. Nas opções económicas e sociais e de regime é já o bloco central que nos governa. Quebrar a maioria absoluta e combater a política do bloco central é a estratégia da esquerda socialista.

O Bloco enfrentará o próximo governo, no parlamento e na luta social, apresentando as propostas que são o seu programa. O Bloco de Esquerda será coerente como sempre foi, porque o mandato popular que recebe é o da sua política de justiça social. Por isso, não participará em governo com o PS, porque os programas são contraditórios. Nem aceitará nenhuma colaboração com um governo, do PS ou do bloco central, porque quatro anos de Governo Sócrates demonstraram que essas políticas têm que ser vencidas.

O Bloco de Esquerda empenha-se na vitória, com a sua actividade social reforçada, o seu crescimento eleitoral e a sua capacidade de diálogo aberto ao movimento e à diferença. O futuro da esquerda define-se em toda a luta socialista.

*

O Bloco completa dez anos. Têm sido tempos intensos de refundação da esquerda e de constituição de novas alternativas. Durante estes anos, o Bloco trouxe nova força à esquerda e modificou o mapa da política. O Bloco tem sido energia e imaginação. Mas tem sobretudo sido o empenho militante dos seus activistas onde há dificuldades, insegurança social, riscos e ameaças contra o trabalho, opressões que perduram.

Com renovada determinação, o Bloco enfrenta a exigência de resposta à nova crise dentro da crise antiga. O Bloco é e será a esquerda de confiança.

VI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

SUBSCRITORES* DA MOÇÃO

“Toda a luta da esquerda socialista para 2009”

Francisco Louçã, Luís Fazenda, Ana Drago, Fernando Rosas, Miguel Portas, Helena Pinto, Pedro Soares, João Semedo, Jorge Costa, Cecília Honório, José Gusmão, Andrea Peniche.

	Distrito-Região/Concelho	Nome
1	Açores/Horta	Nuno Miguel Pereira Moniz
2	Açores/SMiguel	Lúcia Arruda
4	Aveiro	Amadeu Oliveira
5	Aveiro	Carlos Miguel
7	Aveiro	Carlos Pais
15	Aveiro	Guida Ascensão
6	Aveiro	Hugo Silva
3	Aveiro	Joaquim Dias
16	Aveiro	Joaquim Falé
11	Aveiro	José Carlos Lopes
17	Aveiro	Pedro Filipe Soares
9	Aveiro	Pedro Vidinha
8	Aveiro	Raquel Vidinha
14	Aveiro	Rui Machango
12	Aveiro	Sérgio Carvalho
13	Aveiro	Sérgio Silva
10	Aveiro	Victor Solteiro
18	Aveiro/Aveiro	Catarina Gomes
19	Aveiro/Aveiro	Ivar Corceiro
20	Aveiro/Aveiro	Joana Dias
21	Aveiro/Aveiro	Luís Mariano Guimarães
22	Aveiro/Aveiro	Nelson Peralta
23	Aveiro/Aveiro	Rui Maio
24	Aveiro/OAzeméis	Diogo Silva Barbosa
28	Aveiro/SJMadeira	Belmira Ferreira
30	Aveiro/SJMadeira	Daniel André Monteiro
25	Aveiro/SJMadeira	Eva Braga
27	Aveiro/SJMadeira	Helena Oliveira
26	Aveiro/SJMadeira	Hugo Meireles
29	Aveiro/SJMadeira	Púria Esfandiari
31	Beja	Guida Ascensão
32	Beja	Joaquim Falé
33	Beja/Almodôvar	António Guerreiro (Bia)
34	Beja/Beja	Alberto Matos
35	Beja/Castro Verde	Adelino Coelho
36	Beja/Castro Verde	Constantino Piçarra
37	Braga	Jorge Gonçalves
38	Braga	Ricardo Pinheiro
39	Braga/Barcelos	José Maria Cardoso
40	Braga/Braga	Adriano Campos

42	Braga/Braga	António Cruz Mendes
43	Braga/Braga	António Meireles Lima
44	Braga/Braga	António Sarmento Pereira
45	Braga/Braga	Armando Góis
46	Braga/Braga	Carlos Teles
47	Braga/Braga	Custódio Braga
48	Braga/Braga	Gaspar Cerqueira Silva
49	Braga/Braga	Helena Orfão
50	Braga/Braga	Henrique da Cunha Vilela
51	Braga/Braga	José António Diniz Pinto
52	Braga/Braga	José Gonçalves da Silva
53	Braga/Braga	Luís Marado
41	Braga/Braga	Paula Nogueira
54	Braga/Braga	Pedro Mendes
55	Braga/Braga	Rafael Ferreira
56	Braga/Braga	Sérgio Cunha
57	Braga/Celorico de Bastos	Mário Marques
58	Braga/Famalicão	Adelino Mota
59	Braga/Famalicão	Ana Rute Marcelino
60	Braga/Famalicão	Carlos Pereira
61	Braga/Famalicão	Hélder Pereira
62	Braga/Famalicão	José Luís Araújo
63	Braga/Famalicão	Luís Serguilha
64	Braga/Famalicão	Marcelo Oliveira
65	Braga/Guimarães	Bruno Lopes
67	Braga/Guimarães	Frederico Pinheiro
66	Braga/Guimarães	João Ferreira
68	Braga/Guimarães	João Ricardo Pinheiro
69	Braga/Guimarães	Joaquim Teixeira
70	Braga/Vieira do Minho	João Oliveira
71	Braga/Vila Verde	José Vaz
72	Braga/Vizela	Ana Bárbara Pedrosa
73	Bragança	Dino Gomes
74	Bragança	Luís Vale
75	Bragança	Nuno Nascimento
76	Bragança	Rui Bordalo
77	Castelo Branco/CBranco	Bruno Pereira
78	Castelo Branco/CBranco	Tiago Moura
79	Castelo Branco/Covilhã	Ana Monteiro
80	Castelo Branco/Covilhã	José Guerra
81	Castelo Branco/Covilhã	José Serra dos Reis
82	Castelo Branco/Sertã	Fernando Ferreira
83	Coimbra	Aires Coreia Ventura
86	Coimbra	António José André
85	Coimbra	António Marinho Silva
84	Coimbra	Artur Miguel Dias
88	Coimbra	Catarina Martins
87	Coimbra	Celeste Maria Simões
90	Coimbra	Cláudio Nunes
89	Coimbra	Ernesto Nunes
91	Coimbra	Hugo Dias
94	Coimbra	João Carlos Manso

92	Coimbra	João Paulo Tomé
95	Coimbra	Joaquim Machado
93	Coimbra	Jorge Manuel Martinho
97	Coimbra	José João Lucas
98	Coimbra	José Manuel Pureza
96	Coimbra	José Manuel Reis
99	Coimbra	Júlia Ramos Correia
101	Coimbra	Maria de Lurdes Sá
100	Coimbra	Marisa Matias
103	Coimbra	Natércia Coimbra
106	Coimbra	Nelson Fraga
105	Coimbra	Rui Curado Silva
104	Coimbra	Sandra Martins Silva
107	Coimbra	Serafim Duarte
102	Coimbra	Teresa Cunha
108	Évora/Mora	Fernando Costa
109	Faro	Bernardino José Rodrigues Guia
110	Faro	Fernando Duarte Silva Gregório
111	Faro	Luís Costa
112	Faro	Luís Miguel Fernandes da Costa
113	Faro	Maria Luísa Vieira Penisga González
114	Faro	Paulo José Feliz de Oliveira
115	Faro	Pedro Miguel Sousa D. Mota
116	Faro	Simeão Leonor Quedas
117	Faro / Portimão	João Manuel Duarte Vasconcelos
118	Faro/Faro	Vítor Ruivo
119	Guarda	Jorge Noutel
120	Leiria/Caldas da Rainha	Fernando Rocha
121	Leiria/Leiria	José Peixoto
122	Leiria/Leiria	Vitorino Vieira Pereira
123	Leiria/Marinha Grande	Amândio Fernandes
124	Leiria/Marinha Grande	António Manuel Fonseca Gomes
125	Leiria/Nazaré	Fábio Salgado
126	Leiria/Nazaré	Telma Ferreira
127	Lisboa/Amadora	Ana Sofia Cortes
129	Lisboa/Amadora	Aníbal Ramos
130	Lisboa/Amadora	Orlando Gaspar Guerreiro Almeida
128	Lisboa/Amadora	Vítor Brilhante
131	Lisboa/Cascais	Alistair Grant
132	Lisboa/Cascais	Berta Alves
134	Lisboa/Cascais	Cecília Honório
135	Lisboa/Cascais	Florival Cordeiro
136	Lisboa/Cascais	Helena Coelho
137	Lisboa/Cascais	João Azevedo
138	Lisboa/Cascais	José Luís Pissarro
133	Lisboa/Cascais	Luís Castro
139	Lisboa/Cascais	Teresa Leitão

140	Lisboa/Cascais	Tiago Alexandre Brito Andrade Vicente
141	Lisboa/Cascais	Tiago Vicente
143	Lisboa/Lisboa	Adriana Lopera
142	Lisboa/Lisboa	Ana Bastos
144	Lisboa/Lisboa	Ana Campos
145	Lisboa/Lisboa	Ana Cansado
146	Lisboa/Lisboa	Ana Drago
179	Lisboa/Lisboa	Ana Palma
147	Lisboa/Lisboa	António Lage
148	Lisboa/Lisboa	Armand Muñoz
149	Lisboa/Lisboa	Bruno Maia
150	Lisboa/Lisboa	Carlos Miguel Vilar Patrão
152	Lisboa/Lisboa	Carlos Santos
153	Lisboa/Lisboa	Carlos Solposto
154	Lisboa/Lisboa	Carlos Sousa
155	Lisboa/Lisboa	Cármén Hilário
156	Lisboa/Lisboa	Catarina Príncipe
151	Lisboa/Lisboa	Cláudia Oliveira
157	Lisboa/Lisboa	Dina Nunes
158	Lisboa/Lisboa	Francisco Louçã
159	Lisboa/Lisboa	Gustavo Behr
160	Lisboa/Lisboa	Heitor Sousa
161	Lisboa/Lisboa	Helena Figueiredo
162	Lisboa/Lisboa	Helena Pinto
163	Lisboa/Lisboa	Hugo Evangelista
182	Lisboa/Lisboa	Hugo Evangelista
164	Lisboa/Lisboa	Humberto Andrade
165	Lisboa/Lisboa	Idalino de Oliveira Moura
180	Lisboa/Lisboa	Joana Amaral Dias
166	Lisboa/Lisboa	Joana Mortágua
167	Lisboa/Lisboa	João Bau
168	Lisboa/Lisboa	João Manuel Pacheco Machado
169	Lisboa/Lisboa	João Rodrigues
170	Lisboa/Lisboa	João Romão
171	Lisboa/Lisboa	Jorge Costa
172	Lisboa/Lisboa	José Casimiro
173	Lisboa/Lisboa	José Esperto
174	Lisboa/Lisboa	José Gusmão
175	Lisboa/Lisboa	Luís Branco
176	Lisboa/Lisboa	Luís Fazenda
177	Lisboa/Lisboa	Luís Leiria
178	Lisboa/Lisboa	Mamadou Ba
183	Lisboa/Lisboa	Manuel Grilo
184	Lisboa/Lisboa	Marco Marques
190	Lisboa/Lisboa	Margarida Santos
186	Lisboa/Lisboa	Maria Tengarrinha
187	Lisboa/Lisboa	Mariana Carneiro
188	Lisboa/Lisboa	Mário Tomé
189	Lisboa/Lisboa	Miguel Portas
191	Lisboa/Lisboa	Miguel Reis
192	Lisboa/Lisboa	Paulo Jorge Vieira
207	Lisboa/Lisboa	Paulo Jorge Vieira
193	Lisboa/Lisboa	Paulo Sousa e Castro
194	Lisboa/Lisboa	Pedro Sales

195	Lisboa/Lisboa	Pedro Soares
196	Lisboa/Lisboa	Raul Teixeira
208	Lisboa/Lisboa	Ricardo Robles
197	Lisboa/Lisboa	Rita Calvário
198	Lisboa/Lisboa	Rita Gorgulho
199	Lisboa/Lisboa	Rita Silva
200	Lisboa/Lisboa	Rodrigo Rivera
201	Lisboa/Lisboa	Rogério Moreira
202	Lisboa/Lisboa	Rui Borges
203	Lisboa/Lisboa	Sérgio Vitorino
204	Lisboa/Lisboa	Tiago Ivo Cruz
181	Lisboa/Lisboa	Vítor Castro
206	Lisboa/Lisboa	Vítor Castro
205	Lisboa/Lisboa	Vítor Machado
209	Lisboa/Loures	Ana Sofia Roque
210	Lisboa/Loures	Ansumane Mané (Braima)
211	Lisboa/Loures	António José
212	Lisboa/Loures	Clara Coelho
213	Lisboa/Loures	José Falcão
214	Lisboa/Loures	Manuel Gago
215	Lisboa/Loures	Rui Maia
216	Lisboa/Loures	Tiago Gillot
217	Lisboa/Loures	Victor Franco
218	Lisboa/Loures	Vítor Edmundo
219	Lisboa/Odivelas	João Curvelo
221	Lisboa/Sintra	Alexandre Abaladas
226	Lisboa/Sintra	André Beja
220	Lisboa/Sintra	Elsa Marques dos Santos
227	Lisboa/Sintra	Fernando Baeta Neves
223	Lisboa/Sintra	Fernando Figueira
225	Lisboa/Sintra	Filipa Gonçalves
224	Lisboa/Sintra	Isabel Duarte
222	Lisboa/Sintra	Ricardo Pereira
185	Lisboa/VFXira	Maria José Vitorino
230	Madeira	Fernando Letra
228	Madeira	Paulo Martins
231	Madeira	Roberto Almada
229	Madeira	Rodrigo Trancoso
232	Portalegre	Luís Pedras
233	Portalegre	Paulo Cardoso
234	Portalegre/Niza	José Maria
235	Porto	Alda Macedo
238	Porto	Alda Sousa
239	Porto	Amélia M. Pereira
237	Porto	Ana Luísa Amaral
240	Porto	Andrea Peniche
241	Porto	António Alcino Norte Simões
242	Porto	António da Silva Gonçalves
243	Porto	António Joaquim Soares Luz
244	Porto	Baltasar Fernando Barros Duarte
245	Porto	Carlos Jorge Menezes Ferreira Machado
265	Porto	Conceição Nogueira
246	Porto	Eduardo Pereira
247	Porto	Eliseu Filipe Pinto Lopes

248	Porto	Eurico Carvalho
236	Porto	Fátima Grácio
249	Porto	Fernando José Leite Oliveira Queiroz
250	Porto	Fernando Martins Marques
251	Porto	Fernando Paiva
252	Porto	Francisco António da Silva
253	Porto	Hugo Cardoso da Silva
254	Porto	Jaime Alves Pereira
255	Porto	João Semedo
256	Porto	João Teixeira Lopes
270	Porto	Joaquim dos Santos Pinho
257	Porto	Joaquim Manuel Peres Viana
272	Porto	Joel Francisco Pontes de Oliveira
258	Porto	Jorge Manuel Alves de Sousa
259	Porto	José Carlos Ribeiro Gonçalves da Cunha
260	Porto	José Machado de Castro
261	Porto	José Oliveira
262	Porto	José Soeiro
263	Porto	Luís da Silva
264	Porto	Manuel João Carneiro de Miranda
266	Porto	Maria de Lurdes Sousa Domingues
267	Porto	Maria João de Matos Rodrigues Macedo
268	Porto	Maria José Espinheira
269	Porto	Marília Silva Fernandes
271	Porto	Moisés Ferreira
273	Porto	Paula Sequeiros
274	Porto	Paulo Fernando Teles de Lemos e Silva
276	Porto	Paulo Renato Cardoso Ricardo
277	Porto	Pedro Ramajal
278	Porto	Renato Soeiro
275	Porto	Ricardo Lafuente
279	Porto	Ricardo Salabert
280	Porto	Ricardo Sequeiros Coelho
281	Porto	Sandra Cristina A. Carvalho
282	Porto	Vítor Manuel Mendes Pires
283	Porto/Gondomar	David José Borges da Costa
284	Porto/Gondomar	Rui Nóvoa
290	Porto/Maia	Angelina Viagem
289	Porto/Maia	Ernesto Miguel Pereira Pinto
288	Porto/Maia	Francisco Amorim Santos Baptista
285	Porto/Maia	Francisco José Magalhães Couto Silva
286	Porto/Maia	José de Magalhães Inácio
287	Porto/Maia	Silvestre Santos Gomes Pereira
291	Porto/Matosinhos	José Miranda da Silva
293	Porto/VNGaia	Alberto de Sousa e Silva
292	Porto/VNGaia	Artur Ribeiro de Carvalho
294	Porto/VNGaia	Jorge Magalhães
295	Santarém	Bruno Góis
296	Santarém	Fátima Figueiredo
297	Santarém	José Carreira
298	Santarém/Abrantes	Manuel António
299	Santarém/Entroncamento	Carlos Matias
300	Santarém/STMagos	Luís Gomes
301	Santarém/TNovas	António Gomes

302	Setúbal	Albérico Afonso
303	Setúbal	Alice Brito
304	Setúbal	Álvaro Arranja
305	Setúbal	Fernando Pinho
306	Setúbal	Fernando Rosas
307	Setúbal	Jaime Pinho
308	Setúbal	José Luís Pereira Santos Gonçalves Neto
309	Setúbal	Leonardo Silva
310	Setúbal	Manuel Reis
311	Setúbal	Maria Valentina Loução
312	Setúbal	Mónica Frechaut
313	Setúbal	Rogério Miranda
314	Setúbal/Alcochete	Teresa Bonito
315	Setúbal/Almada	Ana Lúcia
316	Setúbal/Almada	Ana Sartóris
317	Setúbal/Almada	Cândida Esteves
318	Setúbal/Almada	Helena Nunes
319	Setúbal/Almada	Helena Oliveira
320	Setúbal/Almada	Henrique Pires
321	Setúbal/Almada	Jorge Gonçalves
322	Setúbal/Almada	Luís Filipe Pereira
323	Setúbal/Almada	Manuel Braga
324	Setúbal/Almada	Manuela Tavares
325	Setúbal/Almada	Pedro Oliveira
326	Setúbal/Almada	Pedro Pombeiro
327	Setúbal/Almada	Pedro Reis
328	Setúbal/Almada	Teresa Sales
329	Setúbal/Barreiro	Alberto Cruz
330	Setúbal/Barreiro	Mário Durval
331	Setúbal/Moita	Adalberto Carrilho
332	Setúbal/Moita	António Chora
333	Setúbal/Moita	Carlos Cardoso
334	Setúbal/Moita	Daniel Bernardino
335	Setúbal/Moita	Eduardo Rocha
336	Setúbal/Moita	Fernando Sequeira
337	Setúbal/Moita	Joaquim Raminhos
338	Setúbal/Moita	Manuel Martins
339	Setúbal/Moita	Vítor Fernando Barros
340	Setúbal/Montijo	Cipriano Pisco
341	Setúbal/Montijo	Ricardo Caçoila
342	Setúbal/Palmela	Carlos Guinote
343	Setúbal/Palmela	Maria Eduarda Costa Faria
344	Setúbal/Palmela	Mariana Aiveca
345	Setúbal/Palmela	Vítor Luís Gonçalves Cabrita
346	Setúbal/SCacém	João Afonso
347	Setúbal/Seixal	Almerinda Bento
348	Setúbal/Seixal	Luísa Teixeira
349	Setúbal/Seixal	Roberto Robles
350	Setúbal/Seixal	Vítor Cavalinhos
351	Setúbal/Sesimbra	Carlos Macedo
352	Setúbal/Sesimbra	Henrique Guerreiro
353	Setúbal/Sines	Assunção Duque
354	Setúbal/Sines	Francisco Roque
355	Setúbal/Sines	João Madeira

356	Setúbal/Sines	Jorge Santana
357	Setúbal/Sines	Ricardo Barata
358	Setúbal/Sines	Tília Alves da Silva
359	Viana do Castelo	António Manuel Antas Moreira
360	Viana do Castelo	Francisco Ribeiro Vaz
361	Viana do Castelo	Luís Filipe Oliveira Louro
362	Viana do Castelo	Manuel Sá Mota
363	Viana do Castelo	Maria Hermínia Silva Esteves
364	Viana do Castelo	Rui Rodrigues Marques
365	Vila Real	Adriana Meireles Sousa
366	Vila Real	Ana Morgado
370	Vila Real	Carlos Gomes
367	Vila Real	Filipe Rolão
369	Vila Real	Lia Raquel Dias
368	Vila Real	Rui Cortes
371	Viseu	Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues
372	Viseu	Graça Pinto
373	Viseu	Jorge Carneiro
374	Viseu	José Carlos Costa Vasconcelos
375	Viseu	Marco Mendonça

* Os subscritores desta Moção identificam-se com a orientação geral do respectivo texto.